

O DEBATE MARXIANO ACERCA DA INSTRUÇÃO PÚBLICAMario Borges Netto¹Carlos Alberto Lucena²

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

RESUMO

Este texto tem como objetivo apresentar e problematizar as proposições de Marx e Engels sobre a educação, tendo como referência a crítica ao modo de produção capitalista e a necessidade de sua superação. Buscamos demonstrar que a questão educacional nas obras de Marx e Engels está associada aos seus estudos sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e seus desdobramentos contraditórios na organização da vida social. Isso implica, portanto, considerar a função que a educação escolar desempenha para a manutenção e expansão do capitalismo, bem como, contraditoriamente, em que medida ela contribui para o projeto revolucionário da classe trabalhadora em vista da construção do comunismo. Ao concluir notamos que Marx e Engels não construíram uma pedagogia, tão pouco uma teoria educacional, senão um amplo sistema teórico sobre a sociedade capitalista que na sua totalidade abarcou as questões acerca da formação humana, da educação da classe trabalhadora e da instrução pública. Contudo, entendemos o legado marxiano como uma perspectiva revolucionária que se mantém atual no desvelamento da sociedade capitalista, pois possibilita e potencializa a transformação revolucionária da realidade.

Palavras-chave: educação; marxismo e educação; formação da classe trabalhadora; instrução pública.

THE MARXIAN DEBATE ON PUBLIC INSTRUCTION**ABSTRACT**

This dissertation intends to problematize the propositions of Marx and Engels about education, it has the critics to the capitalist way of production and the necessity of its overcoming as its reference. Through the research it is possible to perceive that the educational issue in the work of Marx and Engels is associated to the studies about the development of the capitalist way of production and its contradictions in the organization of social life. That means, therefore, it is necessary to consider the function that school education has to the maintenance and spread of capitalism, as well as, conversely, it contributes to the revolutionary project of the working class aiming the construction of communism. When we concluded this paper we noticed that Marx and Engels didn't construct pedagogy, or even an educational theory, but a vast theoretical system about a capitalist society that, in its totality, has embraced the questions about human formation, education of the working class and of public instruction. However, we understand the Marxian legacy as a revolutionary perspective that remains modern in the revealing of the capitalist society, because it makes it enable and potentialize the revolutionary transformation of reality.

Keywords: Education; Marxism and education; education of the working class; public instruction.

Considerações iniciais

Diante de um contexto marcado por contradições, que, de um lado, evidenciava a vitória do homem sobre a natureza, expressa por um avanço científico-tecnológico nunca antes visto pela humanidade, e, de outro, a miséria da maior parcela da humanidade e a exploração do homem pelo homem, Marx e Engels dirigiram seus esforços para a criação de um sistema teórico que tinha a emancipação humana como fim e a revolução como meio. Desse sistema teórico, percebemos que, para os pensadores, a instrução da classe trabalhadora era vista como um elemento necessário para a construção da revolução proletária, por isso, deveria ser almejada e conquistada ainda no capitalismo.

Como homens de seu tempo, ambos os pensadores dedicaram alguns espaços em seus estudos para a problemática da educação, porém, nunca de maneira abstrata e isolada, como um ideal acima dos homens e da sua existência, mas sempre relacionados com as questões da materialidade que vivenciavam (Lombardi, 2010; Lombardi, 2011). Marx e Engels estavam atentos aos debates educacionais do século XIX acerca da constituição dos sistemas de ensino; sobre a falta e a necessidade de instrução dos filhos da classe trabalhadora; sobre a conotação classista que caracterizava a escola capitalista. No entanto, nas suas obras, não havia um tratado pedagógico, sequer a educação era central. Entendemos que a relação dos estudos marxianos com a educação se dá no sentido em que os pensadores buscavam problematizar, em seus pormenores, o sistema capitalista, e isso significaria abarcar todas as dimensões da vida social determinada por ele, dentre elas, a educação. Por isso, mesmo que pouco, os autores dedicaram algumas páginas de seus escritos à questão educacional, que, posteriormente, se tornariam fundamento para a pedagogia comunista (Lombardi, 2010).

Marx e Engels e a defesa intransigente de uma escola pública, gratuita e laica

A construção do sistema teórico de Marx e Engels se deu no período histórico [1840 – 1875], em que a reforma da instrução europeia e a criação dos seus sistemas educacionais ganhavam, paulatinamente, notoriedade nas agendas políticas dos Estados. Mesmo não sendo teóricos da educação, e não a tendo como objeto central de suas análises, os referidos pensadores não se furtaram do debate acerca das questões educacionais do seu tempo. Os posicionamentos presentes nas suas obras sempre apontaram para a crítica às instituições escolares, como instâncias que mediavam a apropriação do conhecimento, em vista do benefício de uma classe em detrimento da outra, sempre condenando as restrições educacionais impostas à classe trabalhadora.

Podemos observar que suas considerações sobre a instrução pública e a necessidade da formação dos trabalhadores sempre se deram relacionadas aos seus posicionamentos diante da luta política. Isso pode ser verificado pelo fato de Marx e Engels terem se dedicado de maneira mais detalhada sobre a questão educacional nos programas políticos que escreveram: *Princípios do comunismo*; *Manifesto Comunista*; *Instruções para os delegados do conselho geral provisório*; *Crítica ao programa de Gotha*. Disso, notamos que Marx sempre tratou a questão da formação da classe trabalhadora a partir da dimensão política e da prática revolucionária. Em vista de exemplificação, destacamos o texto de maio de 1875, intitulado *Crítica ao programa de Gotha*. O referido texto expressa a aproximação marxiana com o debate sobre a expansão da educação no século XIX, questão

central no projeto de manutenção e expansão do capitalismo. Embora o texto se refira à Alemanha, ele se configura como primordial, dado que trata o sistema educacional como expressão de política pública capaz de promover a equalização entre as classes sociais.

B) “O Partido Operário Alemão exige, como base espiritual e moral do Estado: 1) Educação popular universal e igual sob incumbência do Estado. Escolarização universal obrigatória. Instrução gratuita.” Educação popular igual? O que se entende por essas palavras? Crê-se que na sociedade atual (e apenas ela está em questão aqui) a educação possa ser igual para todas as classes? Ou se exige que as classes altas também devam ser forçadamente reduzidas à módica educação da escola pública, a única compatível com as condições econômicas não só do trabalhador assalariado, mas também do camponês? “Escolarização universal obrigatória.” Instrução gratuita. A primeira existe na Alemanha, a segunda na Suíça [e] nos Estados Unidos, para escolas públicas. Que em alguns estados deste último também sejam “gratuitas” as instituições de ensino “superior” significa apenas, na verdade, que nesses lugares os custos da educação das classes altas são cobertos pelo fundo geral dos impostos. [...] Absolutamente condenável é uma “educação popular sob incumbência do Estado”. Uma coisa é estabelecer, por uma lei geral, os recursos das escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, os currículos etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução dessas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do povo! O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola (Marx, 2012a, p.45-46).

Esse trecho apresenta alguns elementos que nos permitem começar a verificar a atenção dada por Marx às questões educacionais de seu tempo. No texto, o autor faz 1) referência sobre a universalização, obrigatoriedade, laicidade e gratuidade da instrução; 2) apontamentos sobre o processo relativo à estatização da instrução; 3) considerações sobre a instrução das diferentes classes sociais; 4) se posiciona sobre o papel do Estado na organização da educação escolar. Com relação a esses elementos, observamos que alguns apontamentos do autor visam esclarecer que algumas reivindicações operárias expressas no Programa já eram realidades na Alemanha, na Suíça e nos Estados Unidos da América, como, por exemplo, “a escolarização universal e obrigatória” e “instrução gratuita”. Mas o que nos chama a atenção é que a crítica se assevera quando o Partido Operário Alemão exige uma escola igual para todos e orientada pelo governo. No texto, Marx expressa, explicitamente, a sua restrição a respeito da promoção da igualdade da instrução para todas as classes, um posicionamento político contra o Estado capitalista e sua função na sociedade. A crítica à tutela estatal sobre a “educação popular” (MARX, 2012a, p.45-46) e a defesa da interdição da influência do governo na escola, todos esses aspectos confirmam a concepção de Estado por ele definida e expressa no *Manifesto Comunista*, o qual é compreendido como “[...] um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2010b, p.42). Todo essa crítica disparada por Marx vai na direção de condenar a materialização de uma “[...] educação popular pelo Estado” (MARX, 2012a, p.45-46), de modo que, para o autor, faz-se necessário subtrair “[...] a escola a toda influência por parte do governo e da Igreja” (MARX, 2012a, p.45-46), haja vista, o poder ideológico e o caráter classista assumidos por essas duas instituições.

Para Marx e Engels, a educação na sociedade capitalista é um instrumento ideológico nas mãos da classe dominante, a qual determina o seu caráter de acordo com os seus interesses particulares; tanto no que tange ao ensino dos seus jovens, quanto ao que se

refere à instrução dos filhos da classe trabalhadora. Os estudos de Marx e Engels desmascaram a conotação que a burguesia atribui à educação, que é vista, pelos seus representantes como o instrumento capaz de desenvolver as individualidades e a liberdades individuais. Como a burguesia apresenta o capitalismo como sendo a realização completa da ordem e da vida humana, portanto, racional e natural, o sistema de ensino, que, na realidade, é um instrumento dos seus interesses, é por eles ornado com palavras bonitas acerca da liberdade, igualdade e desenvolvimento pessoal, a fim de velar sua verdadeira essência. No *Manifesto Comunista* (2010b, p.54-55), este problema é sistematicamente tratado. Marx e Engels assinalam, assim, a falsidade e a hipocrisia dos ataques da burguesia aos comunistas:

As objeções feitas ao modo comunista de produção e de apropriação dos produtos materiais foram igualmente ampliadas à produção e à apropriação dos produtos do trabalho intelectual. Assim como o desaparecimento da propriedade de classe equivale, para o burguês, ao desaparecimento de toda a produção, o desaparecimento da cultura de classe significa, para ele, o desaparecimento de toda a cultura. A cultura, cuja perda o burguês deplora, é para a imensa maioria dos homens apenas um adestramento que os transforma em máquinas. [...] Dizeis também que destruímos as relações mais íntimas, ao substituímos a educação doméstica pela educação social. E vossa educação não é também determinada pela sociedade? Pelas condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de vossas escolas etc.? Os comunistas não inventaram a intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante.

De acordo com Suchodolski (1976b, p.11-12), nos escritos de Marx e Engels, o caráter de classe na educação manifesta em dois aspectos. Em primeiro lugar, a educação, que deveria servir a todos os homens, está à disposição somente de uma parcela da humanidade, da menor parcela, ou seja, só é concedida à burguesia. “A educação não é um elemento de igualdade social; é, pelo contrário, um elemento da hierarquia social burguesa moderna”. Em segundo lugar, o ensino burguês manifesta-se como classista, à medida que se transforma num instrumento eficaz da manutenção da realidade social. Para Suchodolski (1976b), toda vez que a burguesia se vê em ocasiões que a impelem reconhecer que as relações sociais capitalista são contraditórias e inadequadas para a vida humana, tenta demonstrar que são inadequadas “porque os homens não são bons e que estas relações melhorarão quando os homens se tornarem melhores”. Nesse sentido, a educação se converte na panaceia para os problemas sociais e humanos, torna-se uma garantia para o futuro, para a melhoria social, porém, de acordo com os pressupostos marxianos, essa garantia não se sustenta, porque o mal não reside no homem, mas nas relações sociais e de produção capitalista é que são predominantemente excludentes. Desse modo, os pensadores burgueses recomendam a educação como solução para os problemas sociais, desvirtuando-a para uma função que não deve exercer, moralizar o homem.

Essa conotação de classe entranhada na educação, concretizada no século XIX, leva Marx a uma incessante luta pela autonomia da escola e do processo de ensino ante os poderes externos a ela. Os seus ataques não se davam somente contra o Estado, eram direcionados também à ingerência da Igreja sobre a instrução. Em *A guerra civil na França*, o pensador destaca os feitos dos trabalhadores franceses na Comuna de Paris, dentre eles, apresenta, em tom de aprovação, as ações encaminhadas referentes à instrução pública, as quais aboliam a influência da Igreja sobre as escolas. De acordo com Marx (2011a, p.117), “[...] não houve tempo, é claro, para reorganizar a instrução pública

(educação); mas ao remover dela o elemento religioso e clerical, a Comuna tomou a iniciativa da emancipação mental do povo”. Para Marx, a Igreja e o Estado exerciam uma repressão intelectual sobre o povo, pois controlavam todo o processo de ensino, conteúdo e método, bem como interferia na produção e nos produtos da ciência. É possível perceber que o fundador do materialismo histórico dialético enxergava, na proibição das interferências da Igreja e do Estado sobre a instrução pública e sobre a ciência, importante ação para a emancipação da classe trabalhadora.

Uma vez livre do exército permanente e da polícia – os elementos da força física do antigo regime –, a Comuna ansiava por quebrar a força espiritual da repressão, o “poder paroquial”, pela desoficialização [disestablishment] e expropriação de todas as igrejas como corporações proprietárias. Os padres foram devolvidos ao retiro da vida privada, para lá viver das esmolas dos fiéis, imitando seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de ensino foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo purificadas de toda interferência da Igreja e do Estado. Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos, mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental (Marx, 2011a, p.57).

Podemos considerar que, no texto em apreço, Marx reafirma o caráter que a educação deveria assumir quando o proletariado estivesse no comando do poder político: educação pública, gratuita, voltada para o atendimento de todos, laica e totalmente livre das interferências do Estado e das conotações de classe. De acordo com o autor, mesmo em condições desfavoráveis, como as que os trabalhadores vivenciavam no capitalismo, esses princípios deviam ser empunhados como bandeiras de luta pelo proletariado, haja vista que a educação é um importante instrumento formativo para o processo revolucionário que seria levado a cabo pelos trabalhadores. Portanto, constitui-se como uma ferramenta necessária de formação dos filhos dos trabalhadores e um instrumento para a consolidação da revolução proletária.

Em vistas da consciência sobre a função formativa da escola, Marx e Engels propõem que a educação pública seja conquistada ainda no interior do sistema capitalista, mesmo com os seus determinantes classistas. No *Manifesto Comunista*, tratando de medidas destinadas a revolucionar o modo de produção capitalista, os autores afirmam que, nos “[...] países mais avançados, contudo poderão ser aplicadas as seguintes [medidas] na sua quase totalidade”, dentre elas, “[...] 10. Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc.” (MARX; ENGELS, 2010b, p.58). Isso revela o anseio de Marx e Engels pela luta em prol da escola estatal em vista a garantir aos filhos dos trabalhadores a possibilidade de serem formados nos conhecimentos produzidos pela humanidade e a eles historicamente negados. Isso não quer dizer que os pensadores considerem que seja possível haver no capitalismo uma escola que seja isenta das conotações de classe, nem menos, como vimos, consideram o Estado neutro, contudo percebem que, nas circunstâncias materiais sobre as quais viviam, somente por meio de *leis gerais* do Estado é que a classe trabalhadora poderia conquistar a instrução para os seus jovens e crianças. De acordo com Marx (2008a, p.5),

O operário não é um agente livre. Em demasiados casos, ele é até demasiado ignorante para compreender o verdadeiro interesse do seu filho, ou as condições normais do desenvolvimento humano. No entanto, a parte mais esclarecida da classe operária compreende inteiramente que o futuro da sua classe, e, por conseguinte, da humanidade, depende

completamente da formação da geração operária nascente. Eles sabem, antes de tudo o mais, que as crianças e os jovens trabalhadores têm de ser salvos dos efeitos esmagadores do presente sistema. Isto só poderá ser efetuado convertendo a *razão social* em *força social* e, em dadas circunstâncias, não existe outro método de o fazer senão através de *leis gerais* impostas pelo poder do Estado. Impondo tais leis, a classe operária não fortifica o poder governamental. Pelo contrário, eles transformam esse poder, agora usado contra eles, em seu próprio agente. Eles efetuam por uma medida [*act*] geral aquilo que em vão tentariam atingir por uma multidão de esforços individuais isolados.

Esse excerto expressa a lucidez de Marx sobre a materialidade em que vivia e a sua perspicácia acerca dos movimentos contraditórios do capitalismo, o qual se refletia na luta de classe diária. Marx (Ibid.) percebia que, apesar de a escola capitalista ser revestida pelo caráter classista, conforme expressamos anteriormente, ela se constituía como um instrumento importante para o processo revolucionário. É possível perceber, nas suas palavras, o seu entendimento sobre o papel da educação na revolução operária para quem “[...] o futuro da sua classe, e, por conseguinte, da humanidade, depende completamente da formação da geração operária nascente”. Para Marx, a revolução passava pela formação dos filhos dos trabalhadores, portanto, a classe operária deveria lutar para garantir à sua geração mais jovem o acesso à escola e aos conhecimentos historicamente produzidos, pois, para o autor, “em dadas circunstâncias, não existe outro método de o fazer senão através de *leis gerais* impostas pelo poder do Estado”. Aqui, fica claro o posicionamento de Marx sobre a necessidade da luta política no interior do Estado³, pois, mesmo este sendo o comitê guardião dos interesses burgueses, somente ele é capaz de efetuar “por uma medida [*act*] geral aquilo que em vão tentariam [os homens] atingir por uma multidão de esforços individuais isolados”.

Disso entendemos que o autor não desconsidera a conotação classista do Estado e da escola, nem mesmo se enche de entusiasmo com a educação. No entanto Marx entende que somente por meio da escola estatal é que os filhos da classe trabalhadora poderiam ter acesso ao conhecimento historicamente produzido e ser instruídos, haja vista que a instrução destinada a eles, quando existia, era de cunho religioso, de péssima qualidade e extremamente moralista (ENGELS, 2008). Nos escritos de Marx, percebemos que a burguesia dos países mais desenvolvidos, nesse caso, a Inglaterra, não se preocupava com a formação das classes populares, isso porque o próprio modo de produção capitalista, estruturado pela maquinaria e a grande indústria, não exigia dos trabalhadores nenhum tipo de instrução. Por isso, consideramos que a defesa da escola estatal para os filhos dos trabalhadores, assegurada por leis gerais do Estado, não significa negligência ou o não reconhecimento dos desvios ideológicos que o ensino possa sofrer, mas, antes, significa a irredutível defesa de uma educação pública, laica e livre. Marx (2008a, p.5) é claro ao dizer que “Impondo tais leis, a classe operária não fortifica o poder governamental. Pelo contrário, eles transformam esse poder, agora usado contra eles, em seu próprio agente”.

Sobre isso, Lombardi (2010, p.335) enfatiza que “não há dúvida da recusa total de qualquer interferência político-ideológica na escola, seja qual for sua origem. As intervenções de Marx eram no sentido favorável a uma educação que, sendo pública e gratuita, também fosse livre e laica”. Marx, na *Exposição nas seções dos dias 10 e 17 de agosto de 1869 no Conselho Geral da AIT* (MARX; ENGELS, 2011, p.139), expõe a sua concepção sobre o que seria uma escola estatal sem que ela fosse controlada pelo governo. Para o autor,

O ensino pode ser estatal sem que esteja sob o controle do governo. O governo pode nomear inspetores, cujo dever consistirá em vigiar para que a lei seja respeitada, sem que tenham o direito de intrometer-se diretamente no ensino. Seria algo semelhante aos inspetores de fábrica, que vigiam para que as leis de fábrica sejam respeitadas.

Ainda na *Exposição*, Marx reafirma a sua recusa a qualquer interferência a que a escola estava sujeita; isso é evidenciado, quando o pensador expressa as suas ressalvas acerca do que deveria ser ensinado na escola, defendendo o banimento de disciplinas que estivessem sujeitas a qualquer interferência e desvio ideológico:

Nas escolas elementares - e, mais ainda, nas superiores -, não faz falta autorizar disciplinas que admitem uma interpretação de partido ou de classe. Nas escolas só se deve ensinar gramática, ciências naturais... As regras gramaticais não mudam, seja um conservador clerical ou um livre pensador que as ensine. As matérias que admitem conclusões diversas não devem ser ensinadas nas escolas; os adultos podem ocupar-se dela sob a direção de professores que, como a senhora Law, façam conferências sobre religião (Marx; Engels, 2011, p.140 grifos nossos).

De acordo com Araújo (2008, p.60), os textos marxianos deixam manifesta a trama em que se envolve a escola capitalista, “[...] enquanto mediações que tutelam a reprodução [do sistema capitalista]”. Mas, por seu turno, também expressam as possibilidades de dissolução e transformação do sistema capitalista, e, “[...] no entanto, como capazes de se constituírem como fermentos de transformação, adquirindo assim uma dimensão produtiva [...]”. Marx enxerga nos desdobramentos econômicos e sociais da maquinaria e da grande indústria o “fermento de transformação”, a mola propulsora para a ascensão ao poder político da classe trabalhadora.

“A maquinaria e a indústria moderna” foi a última forma de organização capitalista analisada por Marx. A introdução e a generalização do uso das máquinas no processo produtivo significou uma profunda mudança na base técnica da produção, a qual desencadeou várias transformações na organização social. Para Lombardi (2011, p.132), “a indústria moderna e sua base técnica de produção – a maquinaria – constituíram um poderoso meio de valorização do capital, elevando a capacidade de gerar mais-valia, por intermédio do aumento da produtividade e da intensidade do trabalho”. Essas mudanças no setor produtivo elevaram os limites da produção de mercadoria acima do humanamente possível. Uma vez posto em marcha o processo de mecanização da produção, a resultante foi a ampliação da escala de produção, que, concorrente a isso, aumentava a independência do processo produtivo em relação à força humana. Para o capital, a maquinaria correspondeu a um poderoso instrumento de substituição do trabalhador, o qual se tornaria um mero apêndice da máquina no processo produtivo.

Como o movimento agora não parte mais do trabalhador, mas da máquina, pode-se mudar o empregado a qualquer momento, sem interromper o processo de trabalho. Na manufatura e no artesanato, o trabalhador servia-se da ferramenta; na fábrica ele serve à máquina. Na manufatura, os trabalhadores eram membros de um mecanismo vivo; na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independentemente dele (LOMBARDI, 2011, p.145).

Decorrente disso, o capitalismo expropria o saber do trabalhador e, por meio da ciência e da tecnologia, o aplica na maquinaria, fazendo do trabalhador mais um segmento da máquina. O trabalhador teve de se adaptar ao processo produtivo, e não ao contrário, como ocorria na manufatura e no artesanato, quando o trabalhador tinha a produção sobre a

sua tutela e controle. Com isso, o processo produtivo dispensa a necessidade de uma força de trabalho específica, masculina e adulta, e passa a incorporar, na produção, as forças de trabalho suplementares, as mulheres e as crianças de ambos os sexos. Marx, em *O Capital*, conclui que, com a inserção das máquinas na produção, passou a ser possível para o industrial a utilização e o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto. Sua análise evidenciou ainda que o processo produtivo mecanizado libertou a produção da dependência do saber humano, o qual agora estava alocado no instrumento de trabalho e não no trabalhador. Por isso, a grande indústria não exigia uma força de trabalho especializada, como era na manufatura ou na produção artesanal, pois com a introdução da maquinaria, ao homem caberia somente a supervisão do processo produtivo e a reposição de matéria-prima.

O trabalho com a máquina implicava adequação ao movimento uniforme da máquina, ao ritmo e à velocidade de produção imposto por ela. O trabalho com a máquina não impunha nenhuma exigência em termos de aprendizagem, apesar do disciplinamento e da exigência legal para tanto. O tipo e o ritmo de trabalho eram aprendidos na prática, desde a juventude (LOMBARDI, 2011, p.145).

Marx (2008b) nos mostra que os desdobramentos da mecanização da produção se estenderam às questões educacionais, o que trouxe relevantes consequências para a educação e para o processo de construção e consolidação da instrução pública. De um lado, a falta da necessidade e a ausência da demanda de uma força de trabalho específica e especializada justificou os poucos esforços da burguesia e dos Estados nacionais no que se refere à construção das escolas estatais. Como nos mostra Hobsbawm (2010a) tudo o que pudesse desviar os esforços e os recursos financeiros destinados ao investimento, no setor produtivo, deveria ser algo secundarizado. Nesse caso, a instrução estatal não era um ponto de destaque nas agendas das burguesias e dos Estados nacionais mais avançados, por isso, foi há mais de um século, desde a revolução industrial, secundarizada e negligenciada pelos poderes centrais.

Em vista dos objetivos do capital, a educação para o trabalhador não é prioridade para a burguesia. Por isso, a escolarização dos filhos dos trabalhadores aparece ao longo da análise marxiana ou como uma exigência legal (no interior da regulamentação trabalhista inglesa) ou como dimensão resultante das péssimas condições de vida dos assalariados; de qualquer modo, é o resultado das lutas dos próprios trabalhadores e não uma necessidade decorrente das transformações técnicas e sociais da produção (LOMBARDI, 2011, p.109).

De outro lado, as explorações das forças de trabalho infantil e feminina nas fábricas contribuíram para intensificar a degradação física e moral do proletariado. Do ponto de vista social, o índice de mortalidade e de acidentes infantis, seja nas fábricas, seja nos lares, aumentaram consideravelmente nas áreas mais industrializadas. Marx, em *O Capital*, e Engels, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, demonstram esse cenário, expondo os dados e os relatos da própria burguesia sobre esses fatos, os quais foram extraídos da imprensa burguesa e dos livros fiscais da coroa britânica. De acordo com Lombardi (2011, p.138), Marx revela também os efeitos intelectuais do trabalho fabril sobre as crianças e jovens, entendendo que o trabalho nas fábricas, do modo como era empregado, promovia uma “‘devastação intelectual’ nos imaturos”.

Na Inglaterra, o país mais desenvolvido de então – e, por isso, o local onde a degradação e a exploração das classes mais pobres se manifestaram de maneira mais vivaz –, diante dos efeitos danosos causado ao espírito infantil pelo trabalho nas fábricas, e

principalmente, diante da reivindicação e da luta da classe trabalhadora, o Parlamento inglês se viu obrigado a fazer do ensino primário a condição legal para o uso da força de trabalho infantil, menores de 14 anos, nas fábricas. A Lei fabril inglesa prescrevia que às crianças deveria ser destinada a instrução, ou seja, para o uso produtivo da força de trabalho infantil, era necessário um certificado alegando que a criança havia frequentado, ou frequentava, a escola. O capítulo XIII *d'O Capital* é muito elucidativo para os nossos estudos. Nele, Marx (2008b) nos revela que a implementação da referida lei não obteve sucesso, pois, nela, havia lacunas que permitiam o seu descumprimento por parte dos capitalistas. O autor ainda evidencia as diversas artimanhas que os industriais usavam para burlá-la, bem como as péssimas escolas e o ineficiente ensino a que as crianças proletárias estavam sujeitas, com mobiliários precários e inadequados, mestres despreparados e até analfabetos. No entanto, ao que pese os aspectos negativos de sua implementação, Marx (2008b, p.547) considera que

Apesar da aparência mesquinha que apresentam em seu conjunto, as disposições da lei fabril relativas à educação fizeram da instrução primária condição indispensável para o emprego de crianças. Seu sucesso demonstrou, antes de tudo, a possibilidade de conjugar educação e ginástica com o trabalho manual, e, conseqüentemente, o trabalho manual com educação e ginástica.

Disso podemos perceber que Marx (2008b), em seus escritos, explicita as contradições do processo histórico, e nos deixa claro que daquilo que exaure e explora o trabalhador, pode-se elevar um instrumento que potencialize a força social do proletariado em vista de revolucionar a sociedade e emancipar o homem. A lei fabril inglesa é um exemplo disso: um instrumento do Estado burguês utilizado para regular as relações sociais e de produção, que, contraditoriamente, coloca em evidência e institui princípios que potencializariam a formação da classe trabalhadora, a união instrução e trabalho. De acordo com Lombardi, “Marx indica que, contraditoriamente, foram as próprias circunstâncias de desenvolvimento do capitalismo que colocaram a possibilidade e a importância de conjugar instrução, ginástica e trabalho manual” (LOMBARDI, 2011, p.153). A lei fabril, que legalizava o trabalho infantil nas fábricas, instituiu a união entre instrução e trabalho, o que Marx denominou de “germe da educação do futuro”. Nas palavras do referido pensador:

Do sistema fabril, conforme expõe pormenorizadamente Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e em único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos (MARX, 2008b, p.548-549).

De acordo com Lombardi (2011), essa *educação politécnica* era como uma resposta da classe trabalhadora aos efeitos da divisão do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista, que transformou o trabalhador em mero acessório da máquina. De acordo com Marx, esse princípio seria a base sobre a qual o proletariado desenvolveria o *germe da educação futura*, o “único método de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos” (MARX, 2008b, p.548-549). Essa educação politécnica, o único meio para uma *formação omnilateral*, somente será plenamente conquistada e efetivada quando o proletariado obtiver o poder político. Mas, como já vimos, isso não significa que, sob as condições capitalistas não haja possibilidades de, contraditoriamente, se avançar na construção dos germes dessa educação do futuro. De acordo com Marx (2008b, p.553), os esforços em

vista da construção dessa educação, ainda no interior do sistema capitalista, são entendidos como condição para aguçar as próprias contradições do sistema, pois contribuiriam para a formação de trabalhadores mais conscientes. O trecho, a seguir, revela a perspectiva dialética entre as condições sociais e produtivas e o sistema educativo:

O cidadão Marx afirma que uma dificuldade de índole particular está ligada a esta questão. Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente é necessário partir da situação atual (MARX; ENGELS, 2011, p.138).

Isso nos revela a importância dada por Marx e Engels à luta pela constituição dos sistemas de ensino e das escolas estatais, que deveria estar sempre articulada à perspectiva da revolução proletária. Por isso, a defesa intransigente de uma educação que superando a unilateralidade da educação burguesa, “superando a divisão entre trabalho manual e intelectual, entre saber e fazer, entre trabalho, instrução e ginástica, volte-se para a formação integral do homem” (LOMBARDI, 2011, p.158).

No fragmento a seguir, Marx (2008b) traz à luz a contradição presente no interior do modo de produção, na qual a educação está envolvida e nos revela a sua potencialidade revolucionária, como elemento de mudança provocada.

As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação, que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna; constituem também fatores dessa metamorfose as escolas de ensino profissional, onde os filhos dos operários recebem algum ensino tecnológico e são iniciados no manejo prático dos diferentes instrumentos de produção. A legislação fabril arrancou ao capital a primeira e insuficiente concessão de conjugar a instrução primária com o trabalho na fábrica. Mas não há dúvidas de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores. Também não há dúvidas de que a forma capitalista de produção e as correspondentes condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, a eliminação da velha divisão do trabalho. Mas o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma.

Esse excerto é lapidar para melhor compreendermos a constituição das escolas estatais e a educação da classe trabalhadora, como “fermentos de transformação” capazes de agudizar as contradições do sistema capitalista, propiciando o seu colapso. Eis aqui a contradição: se, por um lado, Marx (2008b, p.553) reconhece que a lei fabril britânica possibilita a concretização da conjunção entre “a instrução primária com o trabalho na fábrica”, por outro, afirma, posteriormente, que “a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores”. Isso nos revela que, para Marx, a exigência legal referente à instrução das crianças trabalhadoras expressa o antagonismo do sistema, ou seja, uma demanda forjada nas relações de produção capitalista, que patrocinaria a formação dos únicos capazes de revolucionar o modo de produção, os trabalhadores. Em outras palavras, o capital cria um instrumento que seria capaz de destruí-lo, um ensino tecnológico, teórico-prático, que alinhado à formação da classe trabalhadora, seria capaz de formar homens

integrais. Ao final do excerto, Marx (2008b, p.553) nos esclarece que isso expressa a estruturação de um antagonismo no interior do desenvolvimento do sistema capitalista, enquanto movimento histórico, pelo qual seria possível a sua transformação: “Mas o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma”.

Ante isso, Lombardi (2011) considera que, em vista da revolução operária, Marx e Engels defendem a instrução dos trabalhadores fundada no princípio trabalho-instrução como um meio para a formação revolucionária dos filhos da classe trabalhadora. Esse argumento confirma a tese defendida por Lombardi (2011, p.105) de que os pais do materialismo histórico dialético não discutiram a educação como uma abstração, “mas em sua relação contraditória com o modo capitalista de produção, como um poderoso instrumento de formação das novas gerações para a ação política transformadora”; acrescentamos ainda, como fermento de transformação capaz de agudizar as contradições do sistema e levá-lo ao colapso.

Dessa maneira, entendendo a educação como um instrumento material inserido nos movimentos da sociedade capitalista, Marx e Engels defenderam o princípio educativo que conjuga trabalho e instrução, haja vista que, para os referidos pensadores, os avanços tecnológicos potencializados pelo capitalismo eram uma realidade irreversível. Os pensadores em apreço entendiam que o problema não era a máquina em si, pois era por eles considerada como uma tecnologia que poderia contribuir para a liberação do fardo que era, para o trabalhador, o trabalho árduo. Nas suas concepções, com a qual concordamos, o problema era a sua utilização capitalista. Sobre isso, “é preciso salientar [...] que Marx, apesar de entender a questão do aprimoramento da máquina como um progresso, é enfático quanto ao caráter de classe da ciência e da tecnologia, desvelando a subordinação da maquinaria ao capital” (LOMBARDI, 2011, p.150). Nas palavras do próprio Marx (2008b, p.552-553)

[...] torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos e, em consequência, a maior versatilidade possível do trabalhador, e adaptar as condições à efetivação normal dessa lei. Torna questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade.

Ante esse contexto, Marx e Engels sempre reafirmam a necessidade do trabalho infantil para a produção social e reforçam a tese da união trabalho e instrução. Na *Crítica ao programa de Gotha*, além de reafirmar essa tese, Marx (2012a, p.47-48) ratifica a necessidade e a utilidade do trabalho infantil para a classe trabalhadora, numa perspectiva contrária à utilizada pelo capital:

“Proibição do trabalho infantil”! Aqui, era absolutamente necessário determinar o limite de idade [...] A proibição geral do trabalho infantil é incompatível com a existência da grande indústria e, por essa razão, um desejo vazio e piedoso [...] A aplicação dessa proibição – se fosse possível – seria reacionária, uma vez que, com uma rígida regulamentação da jornada de trabalho segundo as diferentes faixas etárias e as demais medidas preventivas para a proteção das crianças, a

combinação do trabalho produtivo com instrução, desde tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual.

Disso percebemos que suas concepções acerca da educação dos filhos da classe trabalhadora refletiam nos seus posicionamentos e nas suas inserções na luta política. Enquanto membro conselheiro da AIT, Marx, nas *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório*, reafirma seu compromisso com a luta pela educação dos trabalhadores e seu posicionamento sobre o encaminhado acerca da instrução estatal:

Consideramos a tendência da indústria moderna para levar as crianças e jovens de ambos os sexos a cooperarem no grande trabalho da produção social como uma tendência progressiva, sã e legítima, embora sob o capital tenha sido distorcida numa abominação. Num estado racional da sociedade qualquer criança que seja, desde a idade dos 9 anos, deve tornar-se trabalhador produtivo da mesma maneira que todo o adulto saudável não deveria ser eximido da lei geral da natureza: Trabalhar para comer, e trabalhar não só com o cérebro mas também com as mãos (MARX, 2008a, p.4).

Desse trecho, podemos extrair a recomendação de Marx para a instrução das crianças, que, a partir dos 9 anos de idade, deveriam ingressar no trabalho da produção social, pois a indústria moderna era uma tendência progressiva, sã e legítima, embora o capital a tenha distorcida. Levando em consideração as reais condições de vida do proletariado, na qual a utilização do trabalho infantil era uma prática usual, pressupunha a articulação do trabalho remunerado com o ensino e a ginástica. Podemos verificar isso no seu entendimento sobre a educação:

Por educação entendemos três coisas: Primeiramente: Educação mental. Segundo: Educação física, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: Instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios (MARX, 2008a, p.5).

Como podemos perceber, essa educação deveria incluir formação geral e formação técnico-científica, que, para Marx, são necessárias ao homem para compreender todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, iniciar as gerações mais jovens do proletariado no manejo das ferramentas dos diversos ramos industriais e produtivos. Para tanto, a instrução deveria ser organizada da seguinte forma:

[Devem ser divididos] em três classes, a serem tratadas de maneira diferente: a primeira classe englobando dos 9 aos 12; a segunda, dos 13 aos 15 anos; e a terceira compreendendo as idades dos 16 e 17 anos. Propomos que o emprego da primeira classe em qualquer oficina ou local de trabalho seja legalmente restringido a duas [horas]; a segunda classe a quatro [horas]; e o da terceira classe a seis horas. Para a terceira classe terá de haver um intervalo pelo menos de uma hora para refeições ou descontração (MARX, 2008a, p.4).

Portanto, a educação das crianças e dos jovens deveria ser ministrada dos 9 aos 17 anos, abarcando a formação intelectual, corporal e politécnica. No entanto, Marx (2008a, p.4-5) admitia a possibilidade de iniciar a instrução infantil mais cedo, antes da idade de 9 anos, porém, ele delimitava essa idade como marco inicial, tendo em vista a urgente necessidade de livrar os jovens trabalhadores da exploração do capital e dos próprios pais. Nas palavras do autor,

Poderá ser desejável começar a instrução escolar elementar antes da idade de 9 anos; mas aqui tratamos apenas dos mais indispensáveis antídotos contra as tendências de um sistema social que degrada o operário a mero instrumento para a acumulação de capital, e que transforma pais, devido às suas necessidades, em proprietários de escravos, vendedores dos seus próprios filhos. O direito das crianças e dos jovens tem de ser feito valer. Eles não são capazes de agir por si próprios. É, no entanto, dever da sociedade agir em nome deles.

Defendia-se, assim, “um curso gradual e progressivo de instrução mental, gímnica e tecnológica, [que] deve corresponder à classificação dos trabalhadores jovens” (MARX, 2008a, p.5). Observamos, aqui, referências à proposta do socialista utópico Robert Owen⁴, o qual defendia a educação das crianças desde a mais tenra idade, logo que a criança não necessitasse mais dos cuidados maternos e, em seguida, uma instrução aliada ao trabalho⁵. Isso nos revela que Marx e Engels, ao pensar a educação a partir da perspectiva da materialidade em que viviam, propunham um modelo de educação que era possível de ser efetivado, haja vista que outrora Owen já a implementara em *New Lanark*. Era uma proposta apta a garantir a existência do proletariado, mas, para isso, a classe trabalhadora deveria requerer, por meio da luta política, todas as determinações e características até aqui expostas, as quais não se excluem, mas se complementam: as medidas democráticas, referentes à universalidade e gratuidade, e a união do trabalho e instrução.

As instituições de ensino propostas seriam mantidas pelo poder estatal e, em parte, pela venda de seus próprios produtos. Conforme preconiza Marx (2008a, p.5), “os custos das escolas tecnológicas deveriam ser em parte pagos pela venda dos seus produtos”. Disso podemos considerar que a necessidade do trabalho produtivo na instrução não se justificava somente pela necessidade ontológica-formativa, mas também por questões econômicas. O trabalho produtivo produz mercadorias, valor de uso e de troca, as quais poderiam ser usadas, ainda no sistema capitalista, como financiamento da escola que a produziu. Marx, em uma exposição aos conselheiros da AIT, posicionando-se contrariamente aos seguidores de Proudhon, afirmava ainda que esse modelo de educação e de escola deveria ofertar gratuitamente a instrução, assim como foi preconizado no *Manifesto Comunista* e n’*A guerra civil na França*. Reproduzimos, aqui, suas palavras: “Os proudhonianos afirmam que o ensino gratuito é um absurdo, posto que o Estado deve pagar. É evidente que um ou outro terá de pagar, porém não é necessário que sejam os que menos podem fazê-lo” (MARX; ENGELS, 2011, p.139), ou seja, os filhos dos trabalhadores.

Respeitado esses encaminhamentos, Marx (2008a, p.5) acreditava que “a combinação de trabalho produtivo pago, educação mental, exercício físico e instrução politécnica, elevará a classe operária bastante acima do nível das classes superior e média”. No entanto Marx e Engels nos deixam claro que esse modelo de educação por eles proposto deveria estar sempre articulado com a viabilidade da revolução proletária, pois, uma vez não vinculada ao processo revolucionário, esse tipo de educação somente reforçaria o movimento do capital, formando um trabalhador adequado às tendências do modo de produção capitalista. Marx, em *O Salário, anexo ao Trabalho Assalariado e Capital*, mostra-nos que esse tipo de educação fora outrora reivindicada também pelos filantropos capitalistas:

Outra reforma muito apreciada pelos burgueses é a educação e, particularmente, a educação profissional universal [...] O verdadeiro significado da educação, para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal modo que, se é despedido de um trabalho pelo emprego de uma máquina

nova, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação o mais facilmente possível (MARX; ENGELS, 2011, p.114).

Diante disso, deve-se sempre ter em mente que esse tipo de educação não foi pensado a partir de elucubrações metafísicas, mas forjado nas relações sociais e produtivas próprias do capitalismo; portanto, qualquer esforço que se faça pela educação dos trabalhadores e que seja desvinculado de uma perspectiva revolucionária, estaria jogando água no moinho do capital, contribuindo, assim, para a sua manutenção.

Marx e Engels defendiam uma *educação politécnica*, pois percebiam nesse modelo de formação algo que faltava na instrução destinada pela burguesia aos jovens, o princípio educativo fundante, o trabalho. Marx (2008b, p.548) entendia que a educação burguesa era unilateral e que, por isso, “desperdiça o tempo, a saúde e a energia das crianças de maneira infrutífera e absolutamente prejudicial”. Marx assim a considerava, pois essa era fundada sobre a divisão do trabalho, que, de acordo com o sistema teórico marxiano, condiciona a divisão da sociedade em classes, e com ela, a divisão do homem. Se nos reportarmos às condições materiais da existência humana, a divisão do homem se apresenta como a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, duas partes constituintes do homem repartido, cada uma das quais, unilateral. “Aliás, como a divisão do trabalho é, em sua forma ampliada, divisão entre trabalho e não trabalho, assim o homem se apresenta como trabalhador e não trabalhador” (MANACORDA, 2010, p.83). Portanto, na sociedade de classe, a divisão do trabalho determina dois principais grupos de homens em que, de um lado, se têm aqueles que trabalham e produzem a riqueza social e, de outro, um grupo que, por deter os meios de produção, usurpam o produto produzido por aqueles que trabalham. Dessa forma, a sociedade divide em classes sociais antagônicas exige determinado tipo de homem, unilateral, que caberá às instituições de ensino formarem, um destinado ao trabalho produtivo, e outro destinado ao não-trabalho produtivo, mas ao seu controle e administração.

Em contraposição à essa educação desenvolvida pela burguesia, Marx e Engels defendiam uma educação que contemplasse o homem em todas as suas dimensões, na sua forma integral, por isso, uma formação omnilateral. A omnilateralidade é entendida pelos autores como “[...] a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho” (MANACORDA, 2010, p.96). Marx e Engels entendiam que a formação integral do homem deveria se constituir como o fim de uma instrução que privilegiasse a educação politécnica como meio. Ou seja, para tal fim,

[...] precisa-se de uma educação que incorpore instrução tecnológica, teórica e prática, finalmente total, do homem realmente completo [...] visando o homem omnilateral. Esse é o destino do homem e, para isso, deve objetivar o ensino intelectual, físico e tecnológico para todos, porque a divisão dos homens, entre destinados ao trabalho e outros à ciência, os à produção e outros ao consumo, uns ao cansaço ou outros ao gozo, é o nó das contradições da sociedade capitalista que Marx pretende cortar. Eis “o germe da educação do futuro” (MANACORDA, 2012, p.82).

Portanto, a omnilateralidade constitui-se nos encaminhamentos marxianos para a questão educacional como o fim estabelecido à formação do homem. No entanto, conforme expomos aqui, essa formação plena do homem somente se efetivará numa sociedade em que a divisão de classe não prevaleça. Manacorda (2010, p.94) nos mostra que a formação

omnilateral, na sua plenitude, está condicionada ao revolucionamento da sociedade capitalista, quando da instauração de uma sociedade comunista. Nas palavras do autor, “[...] o sentido real da omnilateralidade [...]” somente será atingido quando os homens se apropriarem, por meio da revolução proletária, de

[...] uma totalidade de forças produtivas, desenvolvidas no modo histórico da divisão do trabalho e da propriedade privada, torna-se subsumida por cada indivíduo, e a propriedade por todos; e unicamente neste nível a manifestação pessoal coincide com a vida material, ou seja, corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos em indivíduos completos. Estabelece-se, então, um nexo recíproco pelo qual o indivíduo não pode desenvolver-se omnilateralmente se não há uma totalidade de forças produtivas, e uma totalidade de forças produtivas não pode ser dominada a não ser pela totalidade dos indivíduos livremente associados. Trata-se, em suma, do desenvolvimento original e livre dos indivíduos na sociedade comunista.

O que acabamos de expor corrobora o nosso trabalho justificando, assim, os nossos argumentos sobre os encaminhamentos marxianos sobre a educação, que podem ser sintetizados da seguinte forma: o direcionamento de esforços da classe trabalhadora, no interior da luta política, em favor de uma educação politécnica, que ainda no seio da sociedade capitalista contribua para a construção do processo revolucionário, por meio do qual se atingiria o comunismo e a omnilateralidade. Isso se justifica, pois, como acabamos de ver, a formação omnilateral somente é possível nos termos de uma sociedade comunista, por isso, é patente considerar que, nos escritos de Marx e Engels a instrução da classe trabalhadora se faz necessária para o processo revolucionário.

Os escritos marxianos, a partir da crítica à estrutura da sociedade capitalista, nos apresentam a possibilidade de construirmos, ainda no capitalismo, uma educação que contribua para o processo revolucionário, o qual levaria toda a humanidade ao comunismo e à omnilateralidade. No entanto não se pense que há ingenuidade nos seus escritos. Lombardi (2011) nos alerta que, apesar da possibilidade de avançar na direção de uma educação verdadeiramente formativa, a partir das contradições do sistema capitalista, encontramos em outros textos de Marx e Engels, análises críticas, menos otimistas sobre a educação dos trabalhadores. Na carta de Engels a uma professora do ensino profissional russo, datada de 22 de julho de 1880, temos exemplos disso. Engels relata à professora que discutira com Marx a questão sobre a condição do ensino profissional e, referindo à educação industrial da juventude, afirmava que, na Inglaterra,

a educação técnica da juventude está ainda mais descuidada que na maior parte dos países do continente e o que se faz é pura aparência. Sem dúvida, você já sabe que as escolas profissionalizantes não se encontram no nível dos centros profissionais do continente, sendo uma espécie de centros de reeducação onde as crianças abandonadas são enviadas, durante alguns anos, após o juízo de um tribunal (MARX; ENGELS, 2011, p.116).

Sobre a educação profissional na Inglaterra, Engels foi taxativo na sua avaliação exposta na carta, na qual considerava que “não se praticava, neste domínio, senão uma coisa, de maneira sistemática: a charlatanice” (MARX; ENGELS, 2011, p.116). As possibilidades educacionais vistas por Marx e Engels não escondem as falhas e os problemas das escolas de seu tempo. Ao contrário, os referidos autores incessantemente disparavam severas críticas às instituições escolares. Essa avaliação feita por Engels às instituições de ensino profissional da Inglaterra nos esclarece que a finalidade atribuída à instrução dos homens pelos fundadores do materialismo histórico dialético não era algo

imediatista, que subordinava a classe trabalhadora aos ditames do capital, mas vislumbrava uma educação politécnica, que conduziria todos os homens à formação verdadeira, omnilateral. De acordo com Manacorda (2012, p.81),

[...] Marx não entende uma instrução profissional pensada para os fins imediatos da indústria, como proposta de um ensino subalterno para as camadas populares, distinta daquela desinteressada para as camadas superiores, mas tem em mente algo diferente e mais humano: ensino formativo, cultural, entendido como união da ciência e da técnica, aos fins do homem, para todos os seres humanos, sem distinção de classe.

Da proposta apresentada até aqui, é possível se ver que ela absorve, acima de tudo, reivindicações iluministas, próprias do seu tempo, século XVIII e XIX, como se pode afirmar genericamente: educação democrática, relativa à universalidade e à gratuidade do ensino; bem como, uma educação estreitamente vinculada com os princípios da ciência moderna e da técnica. A essas características é ainda acrescentada a união da instrução e do trabalho de fábrica, que Marx e Engels não inventam, mas já encontram proclamada e praticada pelos socialistas utópicos, em especial Robert Owen, pelos capitalistas filantropos (MANACORDA, 2010) e, ainda, garantida por lei – Leis fabris inglesas.

Disso é possível perceber também que, nos escritos marxianos, a cultura técnica (formação geral e técnica) constitui o fundamento da autonomia da classe trabalhadora no processo de produção. Nesse sentido, o ensino politécnico esquadrihado por Marx (2008a; 2008b; 2012) prepararia o trabalhador para atuar tanto no âmbito administrativo, quanto no âmbito produtivo. Lombardi (2011) pontua que, com esses encaminhamentos Marx e Engels vislumbravam para a educação do homem uma instrução que pudesse ser realizado no interior do processo social de produção e sob suas formas características, inclusive a do regime do trabalho assalariado. Portanto, é possível considerar que, para Marx e Engels, a instrução do proletariado constituía uma dimensão importante da luta de classe, que implicava a correlação de forças pelo acesso ao saber, à ciência, à cultura técnica, até então, negligenciada à classe trabalhadora.

Notamos que os esforços de ambos os pensadores tinham como objetivo primeiro a emancipação do homem, a qual somente seria possível por meio da revolução do modo de produção capitalista. Para Marx e Engels, a revolução se constitui como o único meio para a superação das condições de vida e de exploração do trabalho pelo capital. Por meio dela [a revolução], o homem superaria a estrutura de classes da sociedade, a base fundante da divisão social e técnica do trabalho, que separa e aliena o trabalhador dos meios, dos processos e dos resultados da produção (LOMBARDI, 2011). Portanto, na perspectiva delineada pelos estudos de Marx e Engels, a educação se constitui como um instrumento fundamental para o processo revolucionário. À educação, caberia possibilitar ao trabalhador o acesso ao conhecimento que lhe foi expropriado historicamente e, por meio deles, fosse possível controlar o processo de produção e reprodução dos conhecimentos científicos e técnicos envolvidos, ou não, no processo produtivo.

Considerações finais

Consideramos que Marx e Engels não construíram uma pedagogia, tampouco uma teoria educacional, senão um amplo sistema teórico sobre a sociedade capitalista que, na sua totalidade, abarcou as questões acerca da formação humana, da educação da classe trabalhadora e da instrução pública. Nas obras marxianas, não havia um tratado pedagógico. O que há em seus escritos é o entendimento, por parte dos autores, de que a educação constitui parte integrante do todo, da totalidade do objeto a que seus estudos se

detiveram, a sociedade capitalista. Dessa forma, problematizar, em seus pormenores, o sistema capitalista significou abarcar todas as dimensões da vida social determinada por ele, dentre elas, a educação. Isso pode ser verificado pelo fato de que as análises feitas por Marx e Engels, sobre a questão educacional encontram-se sempre no interior de estudos relativos aos desdobramentos políticos e sociais do capitalismo na organização da vida social.

Pudemos verificar, ainda em nossos estudos, que as questões acerca da formação humana perpassam por todas as obras de Marx e Engels, da juventude à maturidade, pois a finalidade de seus estudos era problematizar a sociedade sobre a qual vivia para pensar na viabilidade de projetos sociais que contribuíssem para a emancipação do homem. Resultante disso, Marx e Engels perceberam que, para livrar a humanidade dos ditames do capital, a revolução do modo de produção seria indispensável. A revolução adquiriu alto grau de importância em seus estudos, uma vez que se tornara o meio para se alcançar o seu objetivo primeiro, a emancipação do ser humano. A educação se tornou um elemento importante para a classe trabalhadora levar a cabo a revolução, devido à necessidade de construir a solidariedade e a consciência de classe entre o proletariado, e à necessidade dos trabalhadores de terem acesso aos conhecimentos historicamente produzidos e sistematizados.

Nos textos de Marx e Engels, a que referimos no início do texto, encontramos o que poderíamos denominar de *encaminhamentos para a instrução estatal, ou pública*. Essas propostas se mantiveram invariáveis em todas as obras, desde os textos da juventude até os da maturidade. Em todos os textos, os autores defenderam a mesma proposta, instrução pública, laica e gratuita a todos, e a união entre trabalho e instrução. No entanto percebemos que, em determinados textos, essa proposta está disposta de maneira mais detalhada, como, por exemplo, nas *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório* (MARX, 2008a) e na *Crítica do programa de Gotha* (MARX, 2012a). Nesses dois, Marx especifica como se deveria estruturar o ensino para as crianças e os jovens; a carga horária de trabalho e sua relação com a idade do trabalhador, tendo em vista que o autor não dissocia o ensino do trabalho produtivo; ainda, explicita seu entendimento sobre educação, que deveria contemplar a formação intelectual, físico-corporal e técnica. As demais obras trataram dos aspectos mais gerais sobre a formação humana.

Nas obras de Marx e Engels, a proposta para a educação e para a instrução não variou e sempre se fundamentou sobre os mesmos princípios. Ressaltamos que a proposta educacional por eles defendida se configura como um dos *meios* de viabilidade do projeto revolucionário. *Meio*, no sentido de que deve ser bandeira do movimento proletário e proposição para as lutas políticas, tendo como finalidade a conquista da garantia da educação para os trabalhadores. A educação da classe trabalhadora se configura como um importante instrumento para a revolução, pois, por um lado, a formação política tornou-se necessária para colocar em marcha o projeto revolucionário do proletariado, tendo em vista a necessidade da construção da solidariedade e da consciência de classe. A luta cotidiana do proletariado contra as desmedidas do capital e por melhorias das suas condições de vida e trabalho se tornou um elemento educativo. Porém essas lutas tinham alto teor econômico e proposições pontuais e imediatas, as quais deveriam ser complementadas por um direcionamento político, com propostas fundamentadas em projetos não só de curto, mas também de longo prazo e que contribuíssem com a viabilidade da revolução do proletariado. Para tanto, passaria ser necessário um processo formativo de cunho político viabilizado e sistematizado pelas direções dos movimentos dos trabalhadores. Verificamos a importância dada por Marx e Engels a esse aspecto da educação nas suas militâncias à frente da *Liga dos Comunistas*⁶ e da *AIT*. Suas participações, nesses espaços, tinham como

objetivo tornar-se a base teórico-filosófica da classe trabalhadora, no sentido de muni-la com estudos acerca da conjuntura em que viviam para se lançarem à luta política.

Por outro lado, havia a necessidade dos trabalhadores terem acesso aos conhecimentos historicamente produzidos e sistematizados. A história da educação está repleta de exemplos que evidenciam a exclusão das classes mais pobres do processo de instrução, da antiguidade até a modernidade; a esses grupos o ensino foi negligenciado (MANACORDA, 2006). Marx e Engels consideravam de suma importância o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos, uma vez que, no século XIX, como vimos anteriormente, não era destinado nenhum tipo de ensino ao trabalhador, e, quando isso se tornava possível, era de baixa qualidade ou carregado de dogmas religiosos.

Disso percebemos que Marx e Engels entendiam que o projeto revolucionário carecia de uma base instruída que levasse adiante as reivindicações do proletariado, que colocasse em marcha as suas lutas. Isso se tornara fundamental no sistema teórico marxiano, pois os referidos pensadores consideravam a luta política um meio privilegiado para viabilizar a revolução. Esses autores acreditavam que os trabalhadores deveriam disputar os espaços na esfera político-jurídica e reivindicar direitos sociais e políticos, ainda, *no* sistema capitalista. Contrário aos pensamentos dos socialistas utópicos, Marx e Engels não consideravam que a revolução seria feita a partir da transformação intelectual dos trabalhadores; defendiam que a educação não tinha o poder de revolucionar a sociedade, porém, atrelada à força social do proletariado e às lutas por ele empreendidas, se tornaria uma grande aliada do projeto revolucionário. Afinal, entende-se que não foi ao acaso que às classes mais pobres foram usurpadas do direito de se instruírem, havia um forte elemento político e ideológico ali investido. De acordo com Lombardi (2008a, p.10), “o tratamento de Marx e Engels dado à problemática da relação do proletariado com a cultura e a ciência explicitava como entendiam a ciência a serviço do capital, do processo de alienação resultante do processo de trabalho industrial e do aparelhamento burguês da escola, bem como a importância da educação para a formação da consciência”.

Portanto, a investigação sobre as proposições de Marx e Engels para a educação e a instrução está associada à discussão sobre o papel que a educação escolar desempenhou para a construção do projeto societário burguês, e à crítica ao modo de produção capitalista e a necessidade de sua superação. Entendemos que esses questionamentos aqui levantados e os estudos deles decorrentes nos trazem balizas para problematizarmos a educação que temos nos dias de hoje, por entender que sua forma se transformou ao longo do século XIX e XX. No entanto, entendemos que seus fundamentos e conteúdo permanecem os mesmos. Compreendermos, assim, que se faz necessário centralizar o marxismo e sua relação com a educação como objeto de estudo para melhor compreendermos as nuances e transformações pelas quais a educação e o ensino brasileiro passaram e, ainda passam, determinadas pelos movimentos do capital.

Referências

ARAÚJO, José Carlos Souza. O embate marxiano com a construção dos sistemas educacionais. In. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2ª edição. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

____. **Princípios do comunismo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789 – 1848**. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 25ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

KONDER, Leandro. **Marx: vida e obra**. 7ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Alínea, 2011.

____. Apresentação. In. ____; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2ª edição. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2008a.

____. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In. ____; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2ª edição. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2008b.

____. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas, 2010. Tese (Livre Docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

____. **Karl Marx e a liberdade ...** aquele velho liberal do comunista Karl Marx. Tradução de Newton Ramos de Oliveira e Paolo Nosella. Campinas: Alínea, 2012.

____. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. 2ª edição revisada. Campinas: Editora Alínea, 2010.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011a.

____. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012a.

____. **Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório: as diferentes questões**. Transcrição de Fernando A. S. Araújo, julho/2008a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.html>>. Acesso em: 02/12/2011.

____. **O Capital: crítica da economia política: Livro 1, volume 1. O processo de produção do Capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola; tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010b.

____. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

PIOZZI, Patrizia. Robert Owen em New Lanark: um laboratório do futuro? **Pro-Posições**, Campinas, vol. 10, n. 01, p. 07-15, mar.1999.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista de educação**. Volume II. Tradução de José Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1976b.

aden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NATIVIDADE, Mario. Discurso pronunciado na festa inaugural da Sociedade de Estudos e Conferencias, no dia 9 de setembro de 1916. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.2, p.13-17, jun., 1917.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Questão nacional na Primeira República. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

PROENÇA, Antonio Firmino. A escola e a caserna. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n.8, p. 63-70, jun., 1920.

Recebido em janeiro-13

Aprovado em maio-13

Notas

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: mariobnetto@yahoo.com.br

² Doutor em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). E-mail: carlosluc@faced.ufu.br

³ A luta política era considerada por Marx um instrumento necessário para derrubar o sistema capitalista. Se tornou uma categoria cara para os estudos marxianos, pelo fato de que acreditava que somente a luta econômica, pontual, contribuiria pouco com a revolução, pois suas reivindicações exigiam respostas a curto prazos. Nesse sentido, a luta econômica somente faria sentido se atrelada à luta política, às disputas dos trabalhadores para ocuparem os espaços públicos e garantirem a duração do processo revolucionário. Medida essa que dividiu a AIT entre anarquistas e socialistas. Marx com desenvoltura expôs no Congresso da AIT seu posicionamento sobre a necessidade da luta política no interior do Estado e da necessidade de um período de transição entre o capitalismo e o comunismo, denominado de ditadura do proletariado, momento em que a classe trabalhadora se faria dominante. Descontentes com a decisão da maioria persuadida por Marx, os anarquistas deixaram a Internacional, por entenderem que seria possível a transição direta do capitalismo para o comunismo sem a mediação de um Estado proletário, bem como, por desconsiderarem legítima a luta política, considerando como eficaz somente a luta econômica (KONDER, 2011).

⁴ Foi um reformista social considerado pela literatura um dos fundadores do socialismo utópico. De acordo com Piozzi (1999, p.8) em 1797, quando adquiriu a fábrica têxtil no vilarejo escocês de New Lanark Owen pretendia transformar radicalmente a existência física e espiritual da população miserável ali empregada, criando um ambiente, “[...] onde segurança no emprego, aumento substancial das horas de lazer e do salário, eliminação do trabalho infantil e instrução gratuita e integral aos filhos dos operários convivessem com a alta rentabilidade da empresa. Pretendia, desta forma, criar uma espécie de balão de ensaio do futuro, uma prova visível - e indelével – da possibilidade de se cobrir a superfície do globo por unidades produtivas modelo, habitadas por uma ‘população racional, inteligente, rica e superior’ (OWEN, 1971, p.129), extinguindo progressivamente as formas ‘inferiores’ de existência então predominantes”.

⁵ CF. PIOZZI, Patrizia. Robert Owen em New Lanark: um laboratório do futuro? **Pro-Posições**, Campinas, vol. 10, n. 01, p. 07-15, mar.1999.

⁶ Movimento dos trabalhadores alemães responsável pela publicação do Manifesto Comunista, redigido por Marx e Engels.